



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

TERMO DE RECEBIMENTO DE EDITAL

CONVITE Nº 04/2019

PROCESSO Nº 82/2019

Confirmamos o recebimento via endereço eletrônico (e-mail), ou, via *download* através do site www.joanopolis.sp.gov.br, na data abaixo, Cópia Integral do Edital, que tem por objeto a **Aquisição de luminárias de LED e postes tipo T de aço galvanizado para duas luminárias, conforme as especificações no Termo de Referência - ANEXO I, do presente Edital** cujos envelopes “Nº 01 - DOCUMENTAÇÃO” e “Nº 02 – PROPOSTA”, serão recebidos pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO até o dia **22 de maio de 2019, às 09h00**, na Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal de Joanópolis, situado à Rua Francisco Wohlers, 170, Centro.

_____, ____ de ____ de 2019.

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

DADOS CADASTRAIS	
Empresa	
CNPJ nº	
Endereço	
Representante	
RG nº	
CPF nº	
Nº do Telefone	
E - mail	

OBSERVAÇÃO: A falta do preenchimento e remessa deste Termo de Recebimento para o Fax (11) 4888 – 9200 ou para o e-mail licitacao@joanopolis.sp.gov.br exime a Comissão de Licitações da comunicação de eventuais esclarecimentos e/ou retificações ocorridas no edital, ressalvadas as publicações no Quadro de Avisos da Prefeitura Municipal e no *site* da Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis (www.joanopolis.sp.gov.br).



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

CONVITE nº 04/2019

PROCESSO nº 82/2019

EDITAL nº 17/2019

TIPO: Menor Preço Por Item

DATA E HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: dia 22/05/2019 às 09h00.

LOCAL: Seção de Protocolo da Prefeitura Municipal

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: dia 22/05/2019 às 09h15min.

LOCAL: Sala de Reunião da Prefeitura Municipal

ÓRGÃO REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O **MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Francisco Wohlers, nº 170, centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ nº 45.290.418/0001-19, neste ato representada pelo Exmº Sr. Prefeito Municipal **MAURO APARECIDO GARCIA BANHOS**, portador do RG nº 6.305.743 - 8 SSP/SP e CPF nº 644.406.488 - 00, através de sua **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, designados pela **Portaria Municipal nº 48 de 24 de abril de 2019**, torna público que se acha aberta em sua sede, no endereço acima, a **LICITAÇÃO** na modalidade Tipo **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regendo-se a licitação pelas normas da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, e posteriores alterações, especialmente, pelo presente edital, com as seguintes cláusulas:

1 – DO OBJETO

1.1 – Aquisição de luminárias de LED e postes tipo T de aço galvanizado para duas luminárias, conforme as especificações no Termo de Referência - ANEXO I, do presente Edital.

1.2 - O valor global estimado para este procedimento é de R\$ 69.220,00 (sessenta e nove mil duzentos e vinte reais), conforme planilha orçamentária do Termo de Referência - ANEXO I.

1.3 – Integram este Edital, independentemente de transcrição, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III – MODELO DE CREDENCIAL;

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DA LICITANTE SER UMA ME OU EPP);

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO EDITAL;

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO;

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO, DE ACORDO COM O DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO VIII – DADOS CADASTRAIS.

ANEXO IX – MINUTA DO CONTRATO

2 – DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

2.1 – O EDITAL e seus ANEXOS, contendo as informações indispensáveis para a participação na presente Licitação, poderá ser adquirido pelos interessados na Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis, na Rua Francisco Wohlers, nº 170, Centro, nesta Cidade, mediante a retirada no SETOR DE LICITAÇÕES.

2.2 – A baixa do EDITAL de licitação, por meio do sítio www.joanopolis.sp.gov.br, será feita gratuitamente.

2.3 – Após a publicação, o EDITAL pode vir a ser modificado em aspectos importantes, por intermédio de adendos. Dessa forma, até a data - limite para a apresentação das propostas, as LICITANTES que realizarem **download do EDITAL no sítio www.joanopolis.sp.gov.br, deverão verificar diariamente neste endereço a eventualidade da inclusão de adendos e esclarecimentos aos documentos de licitação, uma vez que, nesses casos, não serão feitas notificações individuais. Em consequência disso, esta PREFEITURA não se responsabiliza pelas incorreções de propostas, devidas ao não - atendimento de alguma exigência de adendo não considerada pelas LICITANTES.**

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

2.4 – Quaisquer dúvidas a respeito do presente edital, o SETOR DE LICITAÇÕES, prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados, desde que argüidas até o **1º (primeiro) dia útil** anterior a data marcada para abertura dos envelopes, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 12h30min às 17h00, na Rua Francisco Wohlers, nº 170, centro, Joanópolis/SP, ou através do **e-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br** e/ou pelo **telefone: (11) 4888-9200**.

2.5 – Quaisquer dúvidas a respeito do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**, a SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS, prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos interessados, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 11h00 e das 12h30min às 17h00, na Rua Francisco Wohlers, nº 170, Centro, Joanópolis – SP, ou através do **e-mail: secobras@joanopolis.sp.gov.br** e/ou pelo telefone: **(11) 4888 – 9200**.

2.6 – Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer reclamação alegando-se erro ou ignorância.

3 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas decorrentes da execução do presente correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Serviços Municipais - 04 – Iluminação Pública - 15.752.0023.2044 – Manutenção da Iluminação Pública – 3.3.90.30 – Material de consumo.

3.2 - Nos exercícios subsequentes as despesas correrão por conta da dotação prevista para atender as obrigações da mesma natureza.

4 – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

4.1 - O presente Edital se submete ao disposto na Lei Federal nº 8.666 e suas posteriores alterações, na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município de Joanópolis, e Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006, sendo concedido tratamento diferenciado e simplificado as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).

5 - DA PARTICIPAÇÃO

5.1 – Poderão participar do certame todas as empresas previamente cadastradas ou não, escolhidas e convidadas pela Administração, sendo do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Editais e seus Anexos.

5.2 – Será **vedada a participação** de empresas na licitação, quando:

5.2.1 – que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras coligadas ou subsidiárias entre si, quaisquer que seja sua forma de constituição;

5.2.2 – concordatárias ou em processo de falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

5.2.3 – que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com esta Administração, ou que, tenham sido declaradas inidôneas junto a qualquer órgão que integre a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal, conforme Lei 8.666/93;

5.2.4 - estrangeiras que não funcionem no País;

5.2.5 - cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto do presente processo de licitação;

5.2.6 – enquadradas nas disposições do art. 9º da Lei 8.666/93 e posteriores alterações;

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

5.2.7 – possuir dirigentes, acionistas, sócios ou funcionários da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis/SP.

5.3 – As licitantes que optarem por enviar seus envelopes via postal, através da ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), deverão remetê-lo com AR (Aviso de Recebimento), ao endereço constante do preâmbulo deste edital aos cuidados da COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, sendo única e exclusiva responsabilidade do interessado a entrega dos envelopes até o prazo e horário estipulados para a abertura do certame.

5.4 - Uma vez terminada a fase de credenciamento, não será permitida a participação de licitantes retardatários, salvo se os presentes concordarem, expressamente e em unanimidade, devendo essa circunstância ser consignada na Ata da Sessão.

5.5 - A qualquer tempo, antes da data limite para apresentação das propostas, poderá a COMISSÃO, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá proceder a divulgação de novo AVISO, na imprensa escrita, com restituição de todos os prazos exigidos por Lei, **exceto** quando, INQUESTIONAVELMENTE, as alterações não afetarem a formulação das propostas.

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1 - Dos interessados em participar das reuniões de abertura dos envelopes deste certame, representando a licitante, será exigido sua “**procuração pública**” ou “**documento credencial**”, (**modelo ANEXO II, em papel timbrado da empresa**) contendo o nome completo, número de documento de identificação e devidamente assinado outorgando poderes de decisão ao outorgado, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos.

6.2 – O credenciamento será efetuado com a entrega da seguinte documentação:

6.2.1 – se **dirigente, proprietário, sócio** ou **assemelhado** da empresa:

6.2.1.1 – Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores;

6.2.1.2 – Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

6.2.1.3 – Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

6.2.2 – se **representante legal**:

6.2.2.1 – **procuração** (pública ou particular) da **licitante**, com poderes para que o procurador possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação, **notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer** ou **renunciar ao direito de interpor recursos**, COM FIRMA RECONHECIDA; ou,

6.2.2.2 – **documento equivalente (Credenciamento – modelo/ANEXO II)** da **licitante**, com poderes para que a pessoa credenciada possa manifestar-se em seu nome em qualquer fase desta licitação, **notadamente para formular proposta, declarar a intenção de recorrer** ou **renunciar ao direito de interpor recursos**, COM FIRMA RECONHECIDA.

6.2.3 – se **empresa individual**, o registro comercial, devidamente registrado.

6.3 – Observações:

6.3.1 – se o **reconhecimento de firma** for em nome da **pessoa física**, o instrumento deve estar **acompanhado do ato constitutivo da empresa (Estatuto/Contrato Social)**, que comprove a legitimidade do outorgante;

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

6.3.2 – se o reconhecimento de firma for em nome da **pessoa jurídica (empresa licitante)**, fica dispensada a apresentação do ato constitutivo, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário.

6.4 – O representante deverá, obrigatoriamente, apresentar o **reconhecimento de firma** em nome de **pessoa física ou jurídica (empresa licitante) ATUALIZADO**.

6.5 – Caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que **mais de 01 (uma) pessoa deva assinar a Procuração** (pública ou particular) ou o **documento de credenciamento (ANEXO II)**, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins desta licitação, ficando o representante impedido de assinar ou praticar todos os atos necessários durante a sessão de abertura de Documentos de Habilitação e Proposta Comercial.

6.6 - Na hipótese dos documentos que comprovam a regularidade da outorga de credenciamento (estatuto, contrato social etc.), e/ou qualquer outro documento referente à fase de credenciamento, que por equívoco esteja dentro do envelope de "Habilitação" ou de "Proposta", poderão ser retirados dos respectivos envelopes, pelo próprio representante, que procederá o novo lacramento do envelope.

6.7 - Na fase de credenciamento será permitido ao representante da licitante tirar as cópias de documentos necessários, porventura retirados dos envelopes de habilitação e/ou de proposta.

6.8 – Ao Presidente ou qualquer um dos Membros da Comissão Permanente de Licitação, poderão conferir os documentos referentes ao credenciamento antes da abertura dos envelopes, e lançar o respectivo carimbo de "confere com o original".

6.9 - Não precisam do credenciamento (ANEXO II) e/ou de procuração: o sócio gerente, o administrador eleito, o proprietário ou assemelhado, devendo estes apresentar os documentos previstos nos subitens 6.2.1 deste Edital.

6.10 - Para o exercício do direito de preferência de que trata a qualidade de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a licitante deverá apresentar a Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de ME ou EPP - ANEXO III do edital.

6.11 – A não apresentação do credenciamento não inabilitará a licitante, mas impedirá a pessoa presente de se manifestar e responder em nome da licitante.

7 – DA REUNIÃO PARA RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1 – Os interessados deverão entregar à COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO antes da Sessão, o Credenciamento, conforme modelo ANEXO II do edital, sendo apresentados fora dos ENVELOPES.

7.2 – Os envelopes deverão ser entregues na Seção de Protocolo, desta Prefeitura Municipal estabelecida à Rua Francisco Wohlers, nº 170, centro, até as 09h00 do dia 22/05/2019, procedendo-se a abertura dos envelopes pela COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO às 09h15min, horas do mesmo dia na sede da Prefeitura Municipal.

7.3 – Os envelopes dos participantes deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes opaco, fechado e lacrado, contendo na parte frontal e externa, de maneira bem nítida, a razão social do participante e os seguintes títulos:

ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO

Nome ou Razão Social:

CNPJ nº ____/____ - ____

Endereço:

CONVITE nº 04/2019

Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis-SP

Rua Francisco Wohlers, 170, Centro.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTAÇÃO

Nome ou Razão Social:

CNPJ nº ____/____/____ - ____

Endereço:

CONVITE nº 04/2019

Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis-SP

Rua Francisco Wohlers, 170, Centro.

8 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE Nº 01 - “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

8.1 - O envelope nº 01 - “Documentos de Habilitação” deverá conter os documentos a seguir relacionados:

8.1.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.1.1.1 – Certificado de Registro Empresarial, no caso de firma individual, acompanhado de CPF e RG;

8.1.1.2 – Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social), acompanhado das alterações posteriores, no caso de inexistência de Contrato consolidado, devidamente arquivado no Registro Público das Empresas Mercantis (Junta Comercial), em se tratando de Sociedades Empresariais, no caso de Sociedade por Ações, acompanhado da ata arquivada da assembléia da última eleição da diretoria. **O contrato social deverá estar de acordo com a Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e, em se tratando de ME ou EPP, também deverá estar de acordo com a Lei Complementar nº 123/06;**

8.1.1.3 - Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedida pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.1.1.4 - para **Micro Empresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, participando do certame nesta condição, deve apresentar, juntamente com o seu ato constitutivo, **“um dos”** seguintes documentos comprobatórios:

8.1.1.4.1 - certidão expedida pela Junta Comercial, caso exerçam atividade comercial;

8.1.1.4.2 - comprovação de inscrição no **Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições – Simples Nacional**, através do site: <http://www.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional>.

8.1.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.1.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

8.1.2.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

8.1.2.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional e à Dívida Ativa da União, mediante apresentação de certidão conjunta emitida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), certificando que não constam pendências relativas a créditos tributários administrados pela RFB e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à PGFN, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas ‘a’ a ‘d’ do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, (CND de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida ativa da União);

8.1.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da Licitante, (CND de Débitos Tributários);

8.1.2.5 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante, (CND de Tributos Mobiliários, relativos ao Imposto sobre Serviços e Taxas Mobiliárias);

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

8.1.2.6 - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei (CRF com o FGTS);

8.1.2.7 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

8.1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.3.1 – Comprovação através de “Atestado (s) ou Certidão (ões) de Capacidade Técnica”, em nome da empresa, fornecida (s) por pessoa (s) de direito público ou privado, que comprove (m) ter executado ou participado do fornecimento ao objeto da presente licitação, conforme inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93.

8.1.4 – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA - FINANCEIRA

8.1.4.1 - Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, observando o prazo máximo de **90 (noventa) dias**.

8.1.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

8.1.5.1 – Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de ME ou EPP – em papel timbrado da empresa, (ver modelo conforme - **ANEXO IV**);

8.1.5.1.1 – A não apresentação da declaração conforme **ANEXO IV** do edital, indicará apenas que a licitante optou por não utilizar os benefícios prescritos na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

8.1.5.2 – Declaração de conhecimento do Edital, em papel timbrado da empresa, (ver modelo conforme - **ANEXO V**);

8.1.5.3 - Declaração de Não possuir Impedimento para contratação, em papel timbrado da empresa, (ver modelo conforme **ANEXO VI**);

8.1.5.4 - Declaração de situação regular perante o Ministério do Trabalho, de acordo com o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, em papel timbrado da empresa, (ver modelo conforme **ANEXO VII**);

8.1.5.5 – Dados Cadastrais para Assinatura de Contrato, em papel timbrado da empresa, (conforme modelo - **ANEXO VIII**).

8.2 - Todos os documentos apresentados deverão ser apresentados em nome da **licitante**, com número do CNPJ e, preferencialmente, com o endereço respectivo.

8.3 - Se a **licitante** for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em seu nome;

8.3.1 - Se a **licitante** for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome desta, **exceto** àqueles documentos que, pela própria natureza, **comprovadamente**, forem emitidos somente em nome da **matriz**.

8.4 - Os documentos deverão ser apresentados no **original** ou em **fotocópia autenticada** por **Cartório de Tabelionato Oficial**.

8.4.1 - Sugere-se que as cópias apresentadas já venham autenticadas por cartório, com vistas à **agilização** dos procedimentos de análise da documentação.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

8.5 - Na hipótese de **não constar prazo de validade nas certidões apresentadas**, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

8.6 - Se, por ocasião as certidões de regularidade de débito da licitante, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico junto à **internet**, certificando nos autos a sua regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

8.7 - Considera-se positiva com efeitos de negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

8.8 - Em atendimento ao disposto no **Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 de 14/12/06, Lei Complementar nº 147/2014 de 07/08/14 e Lei Complementar nº 155/2016 de 27/10/2016**, serão observados os seguintes procedimentos:

8.8.1 - As **Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, por ocasião da habilitação, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.8.2 - Havendo alguma restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, **prorrogáveis por igual período**, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.8.3 - A não regularização da documentação implicará decadência do direito à contratação e por consequência a sua inabilitação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.9 - Os documentos relacionados no **subitem 8.1.1 do item 8** não precisarão constar no Envelope nº 02 – “Documentos de Habilitação”, se tiverem sido **apresentados** na “**fase de credenciamento**” desta licitação.

9 – DO ENVELOPE Nº 02 - “PROPOSTA COMERCIAL”

9.1 - A “**Proposta Comercial**” deverá ser apresentada em original, datilografada ou impressa por qualquer processo eletrônico, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas e dela devem constar:

9.1.1 - Papel timbrado da empresa, ou identificado com a Razão Social e carimbo do CNPJ (MF), endereço, número de telefone e/ou fax, CEP, devidamente datada com a última folha contendo a indicação e assinatura do representante legal da empresa, do banco, da agência e dos respectivos códigos e número da conta corrente para efeito de emissão de nota de empenho e posterior pagamento, **bem como a indicação do nome, número dos documentos pessoais e qualificação (cargo/função ocupada) do responsável pela assinatura do contrato e/ou para entrega do equipamento;**

9.1.2 - Especificação do objeto de forma clara, descrevendo detalhadamente as características técnicas de todos os serviços ofertados, incluindo especificação, procedência e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e constatem as configurações cotadas;

9.1.3 - Cotação dos preços dos itens ofertados com base no “**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**”, constante do ANEXO I ou em modelo próprio, desde que contenha todas as informações ali previstas.

9.1.3.1 - A licitante deverá indicar os **preços unitário e total por item**, fixos e irredutíveis;



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

9.1.3.2 - Nos valores propostos deverão **estar inclusos todas as despesas relacionadas à execução do fornecimento**, inclusive aquelas decorrentes de impostos, seguros, encargos sociais e fretes, bem como deduzidos quaisquer descontos que venham a ser concedidos.

9.1.3.3 - Só serão aceitos preços em **moeda nacional**, ou seja, em **Real (R\$)**, em algarismos arábicos e, de preferência, também por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência, desprezando-se qualquer valor além dos centavos;

9.1.3.4 - A cotação apresentada para efeito de julgamento será de **exclusiva responsabilidade da licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear alteração.

9.1.4 - Indicação do **prazo de validade da proposta**, ressalvado o disposto no presente subitem:

9.1.4.1 - A proposta deverá ter validade mínima de **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura dos envelopes de **“Documentos de Habilitação”** e **“Proposta”**.

9.1.4.2 - Caso este prazo não esteja expressamente indicado na **“Proposta”**, o mesmo será considerado como aceito para efeito de julgamento.

9.2 - Se por motivo de força maior, a adjudicação não ocorrer dentro do período de validade da proposta, e caso persista o interesse desta **Prefeitura**, poderá ser solicitada prorrogação geral da validade acima referida, por igual prazo, no mínimo.

9.3 - A apresentação das propostas implicará na plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

9.4 - Não indicação dos dizeres supracitados no anverso dos envelopes, assim como o seu envio pela ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos), é de responsabilidade unicamente do licitante pelo seu extravio, por destinação diversa, pelo seu devassamento ou não recebimento, bem como por seu protocolo intempestivo.

10 – DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 – A presente Licitação será processada e julgada pela Comissão Permanente de Licitação, em consonância com a Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislações pertinentes.

10.2 - No dia, local e horário designados no preâmbulo do edital, na presença das licitantes, a Comissão Permanente de Licitação iniciará os trabalhos, examinando os ENVELOPES Nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO” e Nº 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”, os quais serão examinados e rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes na sessão, devidamente credenciados.

10.3 - Os ENVELOPES Nº 01 – “DOCUMENTAÇÃO” deverão ser abertos em primeiro lugar, para julgamento dos documentos, lavrando-se ATA do ocorrido, e não havendo inabilitação proceder-se-á de imediato a abertura dos ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

10.4 - Caso haja inabilitações e não haja renúncia das licitantes ao direito de recurso, os envelopes contendo as propostas, tanto das licitantes habilitadas como das inabilitadas, permanecerão lacrados como recebidos, em poder da Comissão Permanente de Licitação, até que seja concluído o rito recursal.

10.5 - Desta reunião será lavrada ATA CIRCUNSTANCIADA, que conterà registro das principais ocorrências, e deverá ser assinada pela Comissão Permanente de Licitação e licitantes presentes.

10.6 - Decidido eventual **recurso**, a Comissão Permanente de Licitação designará dia e hora para abertura dos ENVELOPES Nº 02 – PROPOSTA COMERCIAL.

10.7 - Ultrapassada a fase de habilitação, a Comissão Permanente de Licitação passará ao julgamento das propostas comerciais, observando os parâmetros estabelecidos neste edital.

10.8 - Na fase de julgamento das propostas, Comissão Permanente de Licitação poderá solicitar a apresentação de amostras das mercadorias e/ou produtos cotados.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

10.9 - Se ocorrer **suspensão da(s) sessão(ões)** e a(s) mesma(s) não puder(em) ser realizada(s) no mesmo dia, o **Setor de Licitações** comunicará às licitantes a data para prosseguimento, através de **publicação** no Diário Oficial do Estado de São Paulo e afixação no Quadro de Atos Oficiais/Avisos da Prefeitura Municipal.

11 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 - Serão **desclassificadas** as propostas que apresentem **preços globais** ou **unitários excessivos, simbólicos, de valor zero** ou **inexequíveis**, na forma da legislação em vigor e as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas dos demais licitantes.

11.2 – Para os efeitos do disposto no **Item 11.1**, consideram-se **excessivos** os preços cujo valor total da proposta seja **superior** ao valor orçado pela Administração, correspondente ao **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA** do edital.

11.3 - O critério de seleção da proposta mais vantajosa para a ADMINISTRAÇÃO e que determinará a licitante vencedora será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

11.4 - Declarada encerrada a etapa de julgamento de propostas e for constatado o empate, **será assegurado como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14/12/06.

11.4.1 – Entende – se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até **10% (dez por cento)** superiores á proposta mais bem classificada.

11.5 – Para efeito do **Art. 44 da Lei Complementar 123, de 14/12/06**, ocorrendo o empate, proceder – se – á da seguinte forma:

11.5.1 – A Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada **poderá apresentar proposta inferior áquela considerada vencedora do certame**, situação em que poderá ser adjudicado em seu favor o objeto licitado;

11.5.2 – não ocorrendo a contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma item acima, **serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem** na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

11.5.3 – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, **será realizado sorteio entre elas** para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.6 – Na hipótese da **não-contratação** nos termos previstos acima, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

11.7 – O disposto nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123, de 14/12/06, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial **não tiver sido apresentada** por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

11.8 - No **caso de empate** de licitantes **que não se enquadrem** ao Regime de Tributação de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte, o **desempate** se fará obrigatoriamente por **sorteio**, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

11.9 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos termos originais, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pela **Comissão Permanente de Licitações**:

11.9.1 – Existindo discrepância entre os preços unitários e totais, prevalecerão os unitários e, havendo discordância entre os preços em algarismos e por extenso, prevalecerão estes últimos;



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

11.9.2 – A falta de data, assinatura e/ou rubrica nas declarações elaboradas pela própria licitante ou na proposta poderá ser suprida pelo representante legal, apresentando sua “procuração”, estando presente à reunião de abertura dos envelopes Documentação e Propostas com poderes para esse fim.

11.10 – Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes o prazo de **03 (três) dias úteis**, conforme art. 48 § 3º da Lei 8.666/93, para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

11.11 - A Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis reserva-se o direito de rejeitar todas as propostas apresentadas, bem como o de tornar nulo o presente processo, devidamente fundamentadas, sem que disso decorra para os proponentes, qualquer direito de indenização ou reclamação.

11.12 – A Comissão Permanente de Licitação poderá manter em seu poder os envelopes de propostas das licitantes **inabilitadas** até a homologação, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de **30 (trinta) dias** corridos, contados a partir dessa data. Expirado esse prazo, os envelopes serão destruídos.

12 - DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

12.1 - Qualquer cidadão poderá impugnar o Edital de Licitação, na forma do **artigo 41, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93** e Normas Complementares.

12.2 - Os eventuais **recursos** só poderão ser interpostos na forma e cabimento do **art. 109 da Lei 8.666/93** e suas posteriores alterações, mediante **protocolo administrativo** encaminhado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

12.3 - Os licitantes poderão interpor **recurso**, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da intimação do ato ou de lavratura da ata, nos casos de:

12.3.1 - habilitação ou inabilitação do licitante;

12.3.2 - julgamento das propostas;

12.3.3 - anulação ou revogação da licitação.

12.4 - Os **recursos** previstos nos itens “**12.3.1**” e “**12.3.2**” terão **efeito suspensivo**. A autoridade competente poderá, motivadamente e presentes às razões de interesse público, atribuir, aos **recursos** interpostos no caso restante, eficácia suspensiva.

12.5 - Interposto o **recurso**, será comunicado aos demais licitantes que poderão **impugná-lo** no prazo de **02 (dois) dias úteis**.

12.6 - O **recurso** será dirigido à autoridade superior, por intermédio de quem praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a decisão, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informado.

12.6.1 - Neste caso, a decisão deverá ser proferida dentro do prazo de **02 (dois) dias úteis**, contado do recebimento do **recurso** pela autoridade superior.

12.7 - No caso de haver **inabilitação** do licitante **importará** perda do seu direito de **participar das fases subsequentes**, devolvendo-se o Envelope Nº 02 - Proposta devidamente lacrado, depois de transcorrido o rito recursal.

12.8 - Não serão considerados os **recursos** que se basearem em aditamentos ou modificações da proposta, bem como matéria já decidida em grau de recurso.

12.9 - Nenhum **prazo de recurso**, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os **autos do processo** estejam com **vista franqueada ao interessado**.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

12.10 - Decairá do direito de **impugnar** os termos do edital e anexo (s), o licitante que o tendo aceitado, sem objeção, venha a apontar, depois da abertura dos envelopes.

12.11 - A **comunicação** dos **recursos** aos licitantes será feita através de publicação na imprensa oficial ou no quadro de avisos local.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - A ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do objeto serão feitas pela autoridade competente, que neste ato será pelo EXMº SR. PREFEITO MUNICIPAL.

13.2 - Cabe-se a autoridade competente **revogar** a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo **anulá-la** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.3 - A **anulação** do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto, ressalvado o disposto no § único do art. 59 da Lei nº 8.666/93.

14 – DA FORMALIZAÇÃO DA ORDEM DE FORNECIMENTO

14.1 - HOMOLOGADA a licitação pela autoridade competente, a PREFEITURA emitirá a ORDEM DE FORNECIMENTO específica para a ADJUDICATÁRIA, visando a ENTREGA DO OBJETO DESTA LICITAÇÃO.

14.2 – A ORDEM DE FORNECIMENTO poderá ser retirada diretamente na PREFEITURA MUNICIPAL DE JOANÓPOLIS, no Setor de Compras e Licitações ou ser transmitida Via Fac-Símile ou Via E-mail. Neste caso haverá necessidade da ADJUDICATÁRIA confirmar o recebimento.

15 – DO LOCAL DE ENTREGA, PRAZO DE FORNECIMENTO E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

15.1. – O objeto da licitação deverá(rão) ser(em) entregue(s) de acordo com a ORDEM DE FORNECIMENTO e solicitação no **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**. Podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que motivado e aceito pela Administração.

15.2 - O objeto da presente licitação será recebido **PROVISORIAMENTE** para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto licitado com a especificação, pela PREFEITURA.

15.3 - Por ocasião da entrega, a CONTRATADA deverá colher no comprovante respectivo a data, o nome, o cargo, a assinatura do servidor da PREFEITURA responsável pelo recebimento.

15.4 - Constatadas irregularidades no objeto, a PREFEITURA poderá:

15.4.1 - se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

15.4.2 - na hipótese de substituição, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no **prazo máximo de 15 (quinze) dias**, contados da notificação por escrito, mantida o preço inicialmente contratado;

15.4.3 - se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a compra, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

15.4.4 - na hipótese de complementação, a CONTRATADA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da PREFEITURA, no **prazo máximo de 05 (cinco) dias**, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

15.5 - O recebimento do objeto dar-se-á **DEFINITIVAMENTE no prazo de 30 (trinta) dias**, após o recebimento provisório, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo, firmado pelo servidor responsável.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

15.6 – O recebimento provisório ou definitivo **não exclui** a responsabilidade civil pela solidez e segurança do produto, nem ético-profissional pela perfeita execução de sua entrega, dentro dos limites estabelecidos pela Lei ou pelo contrato.

16 – DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMTO

16.1 – Nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, fica estipulado o percentual de **1% (um por cento)** sobre o **valor inadimplido**, a título de MULTA DE MORA, por dia de atraso injustificado no fornecimento do objeto desta licitação, até o limite de **10% (dez por cento)** do valor empenhado.

16.2 - Aos proponentes que convocados dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrarem o contrato, deixarem de entregar ou apresentarem documentação falsa exigida para a licitação, ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do fornecimento, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, as seguintes sanções, sem prejuízo da reparação dos danos causados ao órgão gerenciador da licitação, pelo infrator:

16.2.1 – ADVERTÊNCIA;

16.2.2 – MULTA CORRESPONDENTE A 10% (DEZ POR CENTO) DO RESPECTIVO VALOR TOTAL DA PROPOSTA APRESENTADA, APÓS REGULAR PROCESSO ADMINISTRATIVO;

16.2.3 – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PELO PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS, ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A PENALIDADE;

16.2.4 – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DETERMINADO EM PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÓPRIO.

16.3 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

16.4 - Sempre que não houver prejuízo para a PREFEITURA, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da mesma.

17 - DA FORMA DE PAGAMENTO

17.1 – O pagamento será efetuado através de depósito bancário, após a(s) entrega(s) da(s) mercadoria (as) e apresentação **da (s) NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e)**, devidamente atestada pelo servidor designado para o recebimento do objeto da licitação, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes.

17.2 - A CONTRATADA deverá **informar** na(s) NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e) em sua **parte frontal**, o número do Convite, número do Edital, número do Processo Licitatório, número do Empenho [ex: Convite nº. __/20__, Processo nº. __/20__, Empenho nº. __/20__].

17.3 - Ocorrendo **erro** na apresentação da (s) NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e), as mesmas serão **devolvidas** a CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação de nova Nota Fiscal devidamente retificada, iniciando nova contagem de tempo, não sendo devida, neste caso, correção sobre os valores.

17.4 - No caso de pagamento por meio de **boleto bancário**, a CONTRATADA providenciará a emissão destes e os enviará para a PREFEITURA ou ainda disponibilizará para impressão por parte da PREFEITURA, através do site. O não recebimento do boleto bancário de cobrança **não isenta** a PREFEITURA da obrigação de pagamento na data de vencimento.

17.5 - O **não pagamento** da mensalidade nas datas de vencimento ou de outros valores sujeitos aos encargos estipulados no presente contrato implicará a PREFEITURA nas seguintes sanções:

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

17.5.1 - juros moratórios de **0,05% (cinco centésimos por cento)** ao mês *pro-rata tempore die*, aplicado sobre o valor total da obrigação vencida, a partir do dia útil seguinte ao do seu vencimento;

17.5.2 - multa moratória de **2% (dois por cento)** sobre o valor total devido, a partir do dia útil seguinte ao do vencimento;

17.5.3 - atualização do débito pela variação *pro-rata tempore die*, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IPC/FIPE - Índice de Preços ao Consumidor/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, (ou por índice que vier a substituí-lo) a contar da data do vencimento das obrigações até a data do seu efetivo pagamento;

17.5.4 - suspensão da prestação do serviço ou do fornecimento, após a data de vencimento das obrigações do presente, ficando o restabelecimento dos serviços condicionado ao efetivo pagamento dos valores devidos.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Esta licitação poderá ser total ou parcialmente, sem que caiba indenização aos licitantes em consequência da revogação, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93.

18.2 - Não serão admitidas a esta licitação as empresas suspensas ou impedidas de licitar, bem como as que estiverem em regime de falência ou concordata.

18.3 - O licitante que não puder comprovar a veracidade dos elementos informativos apresentados à CPL (Comissão Permanente de Licitações) ou a PMJ (Prefeitura Municipal de Joanópolis) quando eventualmente solicitados neste sentido, será automaticamente excluído da presente licitação.

18.4 - A simples participação, caracterizada pela entrega da proposta, implicará na sua aceitação ou sujeição a todas as exigências e condições deste Edital, e em que o licitante está ciente de que os prazos para recursos das decisões exauridas são aquelas previstas na legislação pertinente.

18.5 - A Prefeitura não assumirá nenhuma responsabilidade pelo pagamento de impostos e outros encargos existentes na data de entrega das propostas e que competirem à proponente, nem se obrigará a fazer a esta qualquer restituição ou reembolso de quantias, principais ou acessórias, que ela depender com esses pagamentos.

18.6 - Poderão ser usados outros meios de comunicação escrita, tais como Fac. Símile, desde que possibilitem a comprovação do recebimento, devendo os interessados indicar os meios de comunicação que ficarão à disposição da Prefeitura.

18.7 - Para dirimir controvérsias decorrentes deste certame, fica eleito o **Foro da Comarca de Piracaia/SP**, para que não se alegue ignorância.

18.8 - É para conhecimento de todos é expedido o presente Edital, sendo **PUBLICADO** em **RESUMO** no **Quadro de Avisos da Municipalidade**, e, na sua íntegra no sítio eletrônico da **Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis** (www.joanopolis.sp.gov.br).

Joanópolis, 14 de maio de 2019.

WELLINGTON APARECIDO DA CUNHA
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. INTRODUÇÃO

1.1. O Presente Termo de Referência trata – se de **Aquisição de luminárias de LED e postes tipo T de aço galvanizado para duas luminárias, conforme as especificações no Termo de Referência - ANEXO I, do presente Edital.**

2. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

2.1. Justifica – se a presente licitação objetivando as melhorias na iluminação pública do Parque Linear Airton Senna que em vários pontos é insuficiente, visando à implantação de luminárias que utilizem lâmpadas de LED que são as mais adequadas, visando à economia de energia e o consumo sustentável, com a implantação de tecnologia ecologicamente correta. Tal solicitação se faz necessária, pois em vários pontos do parque a iluminação pública é insuficiente e, além disso, as lâmpadas de LED são ecologicamente corretas, consumindo menos energia.

3. METODOLOGIA

3.1. A presente contratação será realizada por meio do processo licitatório, na modalidade de convite, observando - se os dispositivos legais, notadamente os princípios da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais legislações pertinentes e exigências estabelecidas em edital.

4. DESCRIÇÃO DO OBJETO E ORÇAMENTO

4.1. Em atenção ao disposto no inciso II, § 2º, artigo 40 da Lei Federal 8.666/93, a Administração apresenta a seguir estudos preliminares realizados contendo elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, bem como, o orçamento estimado para este procedimento, considerando os preços praticados no mercado, prazo de execução do contrato e conforme planilha orçamentária detalhada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QTDE	VALOR MÉDIO UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	Luminária: utilizando tecnologia led (light emitting diode) fabricada em corpo único de alumínio de espessura mínima 2mm; refrator em vidro temperado com espessura mínima de 4mm, acabamento deve ser pintura eletrostática a pó com aditivo UV. Temperatura da cor 4.000K (tolerância de ± 400 K) e índice de reprodução de cor mínimo de IRC=70; com lentes e leds de eficiência 164 lm/W (85°C), potência máxima da luminária de 100 W; com eficiência luminosa superior a 120 lm/W; deverá fornecer fluxo luminoso total mínimo de 12.500 lúmens, comprovado através de ensaio realizado em laboratório acreditado pelo Inmetro; conjunto ótico com manutenção do fluxo luminoso L70 = 60.000 horas; deve atender exigência mínima para o grau de proteção com IP 66 no conjunto ótico e alojamento da fonte de alimentação/driver, ou seja, IP66 Total na luminária, com temperatura ambiente de operação entre -5°C a +50°C, e media ambiente não superior a +35°C, num período de 24hs; deve ser fornecido com tomada de 07 contatos para rele fotoeletrônico/telegestão, driver dimerizável, de	Unid.	60	R\$ 750,00	R\$ 45.000,00

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

	acordo com as normas ABNT NBR5123 / ANSI136.41:2013 NEMA; a fonte de alimentação/driver deverá ser montada internamente ao alojamento e ser substituível, ter no mínimo fator de potência de 0,90; deverá ter eficiência superior a 90%, tensão de operação de 120V a 277V, com distorção harmônica total de corrente THD \leq 20%, em conformidade com a IEC 61000-3-2; deverá apresentar uma expectativa de vida quando instalado no alojamento da luminária de, no mínimo, 60.000 horas. Com sistema de manutenção de acesso equipamentos, através da abertura pela parte inferior, fixação e ponta de braço de diâmetro entre 33-60.3mm, parafusos de fixação em aço inoxidável; garantia de 5 anos; deverá atender os seguintes requisitos fotométricos: classificação Tipo II, média, cutoff. Produto deverá ser testado de acordo com as seguintes normas: IESNA LM-80-08 – IESNA Approved Method for Measuring Lumen Maintenance of LED Lighting Sources; NBR IEC 60598-1/99 – Luminárias – Parte 1 : Requisitos gerais e ensaios (Definição, Classificação, Marcação e Construção); NBR 15129 – Luminárias para Iluminação Pública – Requisitos particulares; ABNT-NBR 5101 – Iluminação pública – Procedimento (Classificação); ABNT 5123:1998 – Relé Fotoelétrico e Tomada para Iluminação – Especificação e Método de Ensaio. Deverá possuir CLO (Constant Light Output), ou seja, a luminária deverá manter sempre o mesmo fluxo luminoso durante a vida útil, corrigindo automaticamente a depreciação dos LEDs através da programação no Driver.				
02	Poste de iluminação pública: Terá um suporte em "T" de aço galvanizado a fogo (SAE 1010/1020), de diâmetro 88,9 mm (3,5 polegadas) possuindo braços de 1,45 m de cada lado, o corpo principal deverá ter 7 m de altura, deve ser em aço galvanizado a fogo com o diâmetro inicial de 88,9 mm (3,5 polegadas) e com diâmetro final de sua base de 100mm (4 polegadas).	Unid.	28	R\$ 865,00	R\$ 24.220,00

5. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

5.1. O(s) produto(s) e/ou a(s) mercadoria(s) deverá(rão) ser(em) entregue(s) de acordo com a ORDEM DE FORNECIMENTO e solicitação da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS, estabelecida à Rua Francisco Wohlers, nº 170, Centro, Joanópolis – SP, CEP: 12.980 – 000, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00 ou através do Tel: (11) 4888 – 9200, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias**, contados a partir da data de sua notificação.

5.2. Fica a empresa vencedora das luminárias obrigada a apresentar os seguintes ensaios de Laboratórios Oficiais acreditados pelo INMETRO, conforme norma ABNT NBR 15129 e NBR IEC 60598-1 Requisitos Gerais e Ensaios:

- 5.2.1. Marcação;
- 5.2.2. Ensaio de resistência à força do vento;
- 5.2.3. Ensaio de vibração (X, Y e Z);

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

- 5.2.4. Ensaio de resistência a impacto (IK-08);
- 5.2.5. Resistência ao torque nos parafusos e conexões;
- 5.2.6. Fiação interna e externa;
- 5.2.7. Proteção contra choque elétrico;
- 5.2.8. Resistência de isolamento, rigidez dielétrica e corrente de fuga;
- 5.2.9. Manutenção do fluxo luminoso da luminária – Desempenho do Componente LED;
- 5.2.10. Ensaio de resistência de isolamento e rigidez dielétrica;
- 5.2.11. Ensaio de grau de proteção (IP-66);
- 5.2.12. Classificação das distribuições de intensidade;
- 5.2.13. Controle da distribuição luminosa;
- 5.2.14. Corrente de Alimentação;
- 5.2.15. Eficiência Energética;
- 5.2.16. Fator de potência;
- 5.2.17. Índice de Reprodução de Cores;
- 5.2.18. Potência total do circuito;
- 5.2.19. Qualificação do dispositivo de controle eletrônico;
- 5.2.20. TCC;
- 5.2.21. Tensão e corrente de saída;
- 5.2.22. Manutenção do fluxo luminoso da luminária – Desempenho do Componente LED;
- 5.2.23. Resistência de isolamento, rigidez dielétrica e corrente de fuga.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

À
PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS
ATT.: Comissão Permanente de Licitação

A (nome da empresa licitante.....), inscrita no CNPJ sob o nº. (.....), com sede nesta (.....) Estado de (.....), à Rua (.....), nº(.....), - Bairro (.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº (.....) - (órgão exp.....), que subscreve a presente, por este e na melhor forma de direito, observados os termos do Edital **CONVITE nº ___/2019**, tem por finalidade submeter à análise de Vossas Senhorias, a **Proposta Comercial** e cumprir todas as exigências contidas conforme segue abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNID.	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
01	<p>(MODELO DE PROPOSTA) DESCREVER O EQUIPAMENTO XXXXXXXXXXXXXXXXX:</p> <p>A licitante deverá descrever o objeto a ser fornecido, conforme as NORMAS DO SEU FABRICANTE, devendo as características ser compatíveis com o TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I e indicar: MARCA: GARANTIA:</p>	Unid.	Xx	Xxxxx	xxxxxxx

- Declaramos, para todos os fins de direito, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação e que nossa proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (edital).

Fornecedor ME ou EPP: () SIM ou () Não

- Declaramos, ainda, que estamos enquadradas no Regime de tributação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme estabelece o artigo 3º da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. **[Somente na hipótese de o licitante ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME/EPP.)]**

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias a contar de sua apresentação.

PRAZO DE ENTREGA: 30 (trinta) dias a contar da Ordem de Fornecimento.

DADOS COMPLEMENTARES DO PROPONENTE: Razão Social: _____; CNPJ: _____
Inscr. Est.: _____; Inscr. Municipal: _____; Endereço: _____
Telefones: _____ Fax: _____; E-Mail: _____; Banco: _____; Agência/n.º: _____; Conta-Corrente n.º: _____.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO: A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, em original, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada, assinada e carimbada pelo representante legal.

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO III

CRENCIAMENTO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A (nome da empresa licitante.....), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), com sede à Rua (.....), nº (.....), Bairro (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº (.....) - (órgão exp.....), CPF nº (.....), **AUTORIZA E CREDENCIA** o Sr. (nome, RG, CPF, cargo), residente e domiciliado na Cidade de (....) Estado de (....), á Rua (....), nº (....) – Bairro (.....), para agir como **LEGÍTIMO REPRESENTANTE**, especificamente para participação de licitação na modalidade (**CONVITE nº ___/2019**), realizado pela **PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS/SP**, conferindo aos mesmos poderes para assinar e praticar na Licitação, todos os atos necessários ao bom desempenho do presente mandato, com amplos poderes para impugnar, receber intimações, solicitar recursos ou desistir expressamente de impetrar recurso, assinar enfim o que preciso for na Sessão de Entrega e Abertura dos Envelopes Documentos de Habilitação e Proposta Comercial.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)
(Firma reconhecida como Pessoa Jurídica)

OBSERVAÇÕES:

- se o **reconhecimento de firma** for em nome **da pessoa física**, o instrumento deve estar **acompanhado do ato constitutivo da empresa (Estatuto/Contrato Social)**, que comprove a legitimidade do outorgante;
- se o **reconhecimento de firma** for em nome **da pessoa jurídica (empresa licitante)**, fica **dispensada a apresentação do ato constitutivo**, vez que o cartório já o terá examinado e verificado a legitimidade do signatário.
- o representante deverá, obrigatoriamente, apresentar o **reconhecimento de firma em nome de pessoa física ou jurídica (empresa licitante) ATUALIZADO**;
- caso o Contrato Social ou o Estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a procuração (pública ou particular) ou o documento de credenciamento (**ANEXO II**), a **falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins desta licitação**, ficando o representante impedido de assinar ou praticar todos os atos necessários durante a sessão de abertura de Documentos de Habilitação e Proposta Comercial;
- Este documento deverá ser entregue a Comissão Licitação **FORA DOS ENVELOPES**, no ato da abertura da sessão da licitação.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(NA HIPÓTESE DA LICITANTE SER UMA ME OU EPP)

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A (nome da empresa licitante.....), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), com sede à Rua (.....), nº (.....), Bairro (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº (.....) - (órgão exp.....), CPF nº (.....), declara para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade (**Convite nº __/2019**) – realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis/SP, que esta sob o regime de **Microempresa (ME)** ou **Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, para efeito do disposto na **Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006**.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO:

- Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- Esta declaração deverá estar **CONTIDA** no **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO**.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE EDITAL

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A (nome da empresa licitante.....), com sede nesta (.....) Estado de (.....), à Rua (.....), nº (.....) - Bairro (.....), inscrita no CNPJ sob o nº.(.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº. (.....) - (órgão exp.....), que subscreve a presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que conhece e concorda com os termos do Edital da Licitação Tipo (**Convite nº __/2019**), e dos respectivos documentos anexos da licitação.

Declara ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão Permanente de Licitações, ou pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis, quanto a habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os direitos legais de recursos permitidos à licitante.

Declaramos, mais, que não existe, nenhum outro impedimento superveniente que possa comprometer nossa capacidade técnica e/ou operativa. Caso tais condições venham a ocorrer, no decorrer do certame, submetemos à desclassificação automática.

Declaramos, finalmente, concordar com os expressos termos do Edital e as exigências nele contidas.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO:

- Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- Esta declaração deverá estar **CONTIDA** no **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO**.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A (nome da empresa licitante.....), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), com sede à Rua (.....), nº (.....), Bairro (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº (.....) - (órgão exp.....), CPF nº (.....), que subscreve a presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que **não possui nenhum tipo de impedimento para celebrar contratos com a Administração Pública de Joanópolis**, e que **nunca foi apenada com DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** por qualquer entidade da administração pública, ficando em caso positivo, ressalvado à Comissão Permanente de Licitações, o direito de analisar o fato para eventual impugnação, observados os termos do Edital da Licitação Tipo (**CONVITE nº ___/2019**), e dos respectivos documentos e anexos da licitação.

Declara ainda, que acatará integralmente quaisquer decisões que venham a ser tomadas pela Comissão Permanente de Licitações, ou pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Joanópolis, quanto à habilitação, classificação e adjudicação, ressalvados os direitos legais de recursos permitidos à licitante.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO:

- Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- Esta declaração deverá estar **CONTIDA** no **ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO**.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

A (nome da empresa licitante.....), inscrita no CNPJ sob o nº (.....), com sede à Rua (.....), nº (.....), Bairro (.....), na Cidade de (.....), Estado de (.....), neste ato representada por seu (cargo do representante.....), (nome do representante.....), portador da Cédula de Identidade R.G. nº (.....) - (órgão exp.....), CPF nº (.....), que subscreve a presente, **declara**, por este e na melhor forma de direito, observados os termos do Edital da Licitação (**CONVITE nº ___/2019**), para fins do disposto no inciso XXXIII, Artigo 7º da Constituição Federal e no inciso 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854/99, que **não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos**, salvo na condição de aprendiz.

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO:

- Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- Esta declaração deverá estar **CONTIDA** no ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO VIII

DADOS CADASTRAIS

[PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE]

I) DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA:

1. Razão Social:
2. Endereço: Bairro:
3. Município: Estado: CEP:
4. Inscrição no CNPJ:
5. Telefone: () Fax: ()
6. E-mail:
7. Financiador de campanha eleitoral de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito, vereadores, partidos políticos e comitês financeiros deste Município*: () **SIM** ou () **Não**.

OBS: De acordo com o Ministério Público do Estado de São Paulo, a divulgação dessas informações vem ao encontro à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), em disponibilizar aos eleitores a identificação dos doadores e fornecedores contratados durante o curso da campanha eleitoral, e, conforme Lei nº 9.504/97 e Resolução do TSE nº 23.406/14, que regulamenta a arrecadação e os gastos de recursos nas campanhas eleitorais.

II) DADOS CADASTRAIS DO REPRESENTANTE LEGAL QUE RECEBERÁ A ORDEM DE ENTREGA:

1. Nome:
2. Nacionalidade: Estado Civil:
3. CPF: RG:
4. Endereço: Bairro:
5. Município: Estado: CEP:
6. Cargo que ocupa na empresa:
7. E-mail:

(Local e Data)

(Assinatura e Carimbo da Empresa)
(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBSERVAÇÃO:

- Esta declaração deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa;
- Esta declaração deverá estar **CONTIDA** no ENVELOPE Nº 01 – DOCUMENTAÇÃO.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

ANEXO IX

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº __/2019 PARA FORNECIMENTO DE LUMINÁRIAS DE LED E/OU POSTES TIPO T DE AÇO GALVANIZADO PARA DUAS LUMINÁRIAS, QUE ENTRE SI CELBRAM O MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS/SP E A EMPRESA _____.

O **MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS/SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 45.290.418/0001-19, com sede administrativa na Rua Francisco Wohlers, nº 170, CEP 12.980-000, neste ato representada pelo Exmº Sr. Prefeito Municipal **Mauro Aparecido Garcia Banhos**, portador do RG nº 6.305.743 - 8 SSP/SP e CPF nº 644.406.488 - 00, doravante e denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, com sede à Av. _____, nº _____, Jardim _____, na Cidade de _____ - SP, CEP _____, neste ato representada pelo **Sr. _____**, portador do RG nº _____ e CPF nº _____, nacionalidade _____, estado civil _____, profissão _____, residente à Rua _____, nº __, Bairro _____, cidade _____, CEP _____, () **SIM** ou () **Não** Financiador de campanha eleitoral de candidatos aos cargos de prefeito, vice-prefeito, vereadores, partidos políticos e comitês financeiros deste Município, conforme declaração nos autos no processo em epígrafe, doravante e denominada simplesmente **CONTRATADA**, e, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente **CONTRATO ADMINISTRATIVO nº __/2019**, oriundo de procedimento licitatório na modalidade **CONVITE nº __/2019**, referente ao **PROCESSO nº __/2019**, e que regerá pela Lei 8.666/93, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – Fornecimento de luminárias de LED e/ou postes tipo T de aço galvanizado para duas luminárias, pelo período de até 12 (doze) meses, e conforme as especificações do ANEXO I do Edital e Proposta Comercial firmada pela CONTRATADA, nos autos no processo em epígrafe.

1.2 - O detalhamento e as especificações dos serviços contratados, bem como as demais obrigações da CONTRATADA, estão elencados no **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**, que integra este contrato e nas demais cláusulas do presente instrumento.

1.3 - O Processo Licitatório supracitado, seus anexos e a Proposta Comercial da CONTRATADA são partes integrantes deste instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

2.1 – O valor mensal do contrato será de R\$ _____ (_____), totalizando para o período de **12 (doze) meses** o valor global de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 – A vigência deste instrumento obrigacional é pelo **prazo de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura**, tendo seu **prazo de validade até __ (xxxxx) de _____ de 2020**, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de **60 (sessenta) meses** na forma do **inc. II do art. 57 da Lei 8.666/93**, observado o interesse público e a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será feito através de depósito bancário, à CONTRATADA **até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente**, condicionados à apresentação da (s) **NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e)**, devidamente atestado pelo servidor designado, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários em conformidade com as instruções normativas vigentes.



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

4.2 - A CONTRATADA deverá **informar** na(s) NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e) em sua **parte frontal**, o número do Contrato, o número do Pregão (Presencial), número do Edital, número do Processo Licitatório, [ex: Contrato nº __/20__, Convite nº. __/20__, Processo nº. __/20__.]

4.3 - Ocorrendo **erro** na apresentação da (s) NOTA (S) FISCAL (IS) /FATURA (Nota Fiscal Eletrônica – NF-e), as mesmas serão **devolvidas** a CONTRATADA para retificação, ficando estabelecido que o pagamento será efetuado após a apresentação de nova Nota Fiscal devidamente retificada, iniciando nova contagem de tempo, não sendo devida, neste caso, correção sobre os valores.

4.4 - No caso de pagamento por meio de **boleto bancário**, a CONTRATADA providenciará a emissão destes e os enviará para a CONTRATANTE ou ainda disponibilizará para impressão por parte da CONTRATANTE, através do site. O não recebimento do boleto bancário de cobrança **não isenta** a CONTRATANTE da obrigação de pagamento na data de vencimento.

4.5 - A CONTRATANTE e a CONTRATADA reconhecem que, se ocorrer qualquer mudança nas regras e leis sobre majoração de preços, encargos ou tributos, haverá um desequilíbrio na relação ora firmada. Em ocorrendo o desequilíbrio, a CONTRATADA deverá “realinhar” ou “reajustar” os preços para que a relação fique novamente equilibrada, bastando, nesse caso, uma comunicação por escrito a CONTRATANTE.

4.6 - O **não pagamento** da mensalidade nas datas de vencimento ou de outros valores sujeitos aos encargos estipulados no presente contrato implicará a CONTRATANTE nas seguintes sanções:

4.6.1 - juros moratórios de **0,05% (cinco centésimos por cento)** ao mês *pro-rata tempore die*, aplicado sobre o valor total da obrigação vencida, a partir do dia útil seguinte ao do seu vencimento;

4.6.2 - multa moratória de **2% (dois por cento)** sobre o valor total devido, a partir do dia útil seguinte ao do vencimento;

4.6.3 - atualização do débito pela variação *pro-rata tempore die*, utilizando-se como parâmetro de reajuste o IPC/FIPE - Índice de Preços ao Consumidor/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, (ou por índice que vier a substituí-lo) a contar da data do vencimento das obrigações até a data do seu efetivo pagamento;

4.6.4 - suspensão da prestação do serviço ou do fornecimento, após a data de vencimento das obrigações do presente, ficando o restabelecimento dos serviços condicionado ao efetivo pagamento dos valores devidos.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTE

5.1 - Os preços poderão ser reajustados depois de cumprido o **prazo de 12 (doze) meses consecutivos** utilizando-se como parâmetro de reajuste o IPC/FIPE - (Índice de Preços ao Consumidor/Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), ou outro índice que vier a substituí-lo, a critério da CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa decorrente do fornecimento correrá por conta das seguintes dotações orçamentárias:

11 – Serviços Municipais - 04 – Iluminação Pública - 15.752.0023.2044 – Manutenção da Iluminação Pública – 3.3.90.30 – Material de consumo.

6.2 - Nos exercícios subsequentes as despesas correrão por conta da dotação prevista para atender as obrigações da mesma natureza.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Na execução do objeto do presente contrato, obriga-se a **CONTRATADA**, a emendar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhe são confiados no **EDITAL** e **ANEXO I**, obrigando-se ainda a:

7.1.1 - obriga-se aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme Legislação Federal;

7.1.2 - proceder à execução dos serviços de forma adequada, sem atrasos e interrupções;

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

7.1.3 - atender prontamente as requisições da execução do serviço, expedindo a competente nota fiscal;

7.1.4 - reparar, corrigir, remover, reconstruir, ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, em que verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados;

7.1.5 - comunicar à CONTRATANTE os serviços concluídos para aprovação e qualquer irregularidade e providência a serem tomadas;

7.1.6 - responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidos e referentes aos serviços, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a CONTRATANTE;

7.1.7 - responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados a CONTRATANTE ou a terceiros.

7.2 - A CONTRATADA não será responsável:

7.2.1 – por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;

7.2.2 – por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Após a assinatura do Contrato, caberá a CONTRATANTE instituído pela Lei 8.666/93, em relação a eles, a prerrogativa de:

8.1.1 - modificar, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados, os direitos do contrato;

8.1.2 - rescindir, unilateralmente, nos casos de não-cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos, como também por razões de interesse público e ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

8.1.3 - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

8.1.4 - ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer, substituir ou reconstruir as partes dos serviços a serem executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

8.1.5 - promover os pagamentos dentro do prazo estipulado para tal;

8.1.6 - proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do serviço;

8.1.7 - manter organizado e atualizado um sistema de controle, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pela CONTRATANTE, onde se registrem todas as ocorrências e observações.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 - No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a CONTRATANTE, as sanções-administrativas aplicadas à CONTRATADA serão:

9.1.1 – ADVERTÊNCIA;

9.1.2 – MULTA;

9.1.3 – SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO DIREITO DE LICITAR E CONTRATAR COM O MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS PELO PRAZO DE ATÉ 02 (DOIS) ANOS;

9.1.4 – DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ENQUANTO PERDURAREM OS MOTIVOS DETERMINANTES DA PUNIÇÃO OU ATÉ QUE SEJA PROMOVIDA A REABILITAÇÃO PERANTE A PRÓPRIA AUTORIDADE QUE APLICOU A

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

PENALIDADE QUE SERÁ CONCEDIDA SEMPRE QUE O CONTRATADO RESSARCIR A ADMINISTRAÇÃO PELOS PREJUÍZOS RESULTANTES E APÓS DECORRIDO O PRAZO DA SANÇÃO APLICADA COM BASE NO SUBITEM ANTERIOR.

9.2 - A inexecução dos serviços implicará **multa de mora** correspondente a **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia, calculada sobre o valor total da nota de empenho correspondente, até o limite de **10% (dez por cento)** do respectivo valor total do contrato.

9.3 - O atraso injustificado, por período superior a **30 (trinta) dias**, caracterizará o descumprimento total da obrigação, punível com as sanções previstas nos **itens 9.1.3 e 9.1.4** desta Cláusula.

9.4 - As multas a que se referem aos **itens anteriores** serão descontadas dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE, da garantia ofertada ou cobrada diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente entre si e com as demais sanções previstas neste tópico.

9.5 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da CONTRATADA, na forma da Lei.

9.6 - Sempre que não houver prejuízo para a CONTRATANTE, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a critério exclusivo da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

10.1 - Compete a ambas as partes, de comum acordo, salvo nas situações previstas neste instrumento, na Lei nº 8.666/93 e noutras disposições legais, realizar, por escrito, através de **TERMO ADITIVO**, as alterações contratuais que julgarem convenientes.

10.2 - No caso de majoração de preços, será mantido o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no qual dependerá de encaminhamento prévio da CONTRATADA a CONTRATANTE, mediante as indicações dos referidos produtos ou quaisquer tributos e encargos legais, devendo ser comprovada a repercussão nos preços contratados, tendo como data-base o mês da apresentação da proposta.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

11.1. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATANTE designará, formalmente servidores da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PROJETOS**, doravante denominada **FISCALIZAÇÃO**, com autoridade para exercer, como representante da CONTRATANTE, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento da CONTRATANTE, nos termos do artigo 72 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

13.1 - Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do contrato às situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS DIREITOS DA CONTRATANTE EM CASO DE RESCISÃO

14.1 - Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a CONTRATADA reconhece, de logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couberem, as medidas previstas no art. 80 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

15.1 - O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – CEP 12.980-000 – CNPJ 45.290.418/0001-19

PABX: (011) 4888-9200 – JOANÓPOLIS – Estado de São Paulo.

E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br – SITE: www.joanopolis.sp.gov.br



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Setor de Compras, Licitações e Patrimônio

ADM. 2017/2020

15.2 - Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 - A CONTRATANTE analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes, que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

16.2 - Para os casos previstos no caput desta cláusula, a CONTRATANTE poderá atribuir uma comissão, por este designada, a responsabilidade de apurar os fatos comissivos ou omissivos que se fundamentem naqueles motivos.

16.3 - As exceções aqui referenciadas serão sempre tratadas com máxima cautela, zelo profissional, senso de responsabilidade e ponderação, para que não seja interpretado como habitualidade ato de mera e excepcional concessão da CONTRATANTE, cujo objetivo final é o de atender tão somente ao **interesse público**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o **Foro da Comarca de Piracaia/SP**, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Instrumento, como exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente Contrato, em **03 (três) vias** de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de **02 (duas) testemunhas** abaixo identificadas.

Joanópolis, ___ de _____ de 2019.

MUNICÍPIO DE JOANÓPOLIS
Mauro Aparecido Garcia Banhos
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
Nome: **Mayara Soglia de Andrade Domingues**
Cargo: Auxiliar do Setor de Compras e Licitações
RG: 36.202.224-0.

Responsável pelo preenchimento deste Contrato
Nome: Mayara Soglia de Andrade Domingues
E-mail: licitacao@joanopolis.sp.gov.br
Telefone: (11) 4888 - 9200

Responsável pelo recebimento das Notas Fiscais
Nome: Sineide da Silva Clementino
E-mail: sineide@joanopolis.sp.gov.br
Telefone: (11) 4888 - 9200

2. _____
Nome: **Patrícia Aparecida Alves de Oliveira**
Cargo: Encarregado de Compras
RG: 45.568.804-7

Responsável pelo pagamento das Entregas
Nome: Cléber de Jesus Gomes
E-mail: cleber@joanopolis.sp.gov.br
Telefone: (11) 4888 - 9200

Responsável pelo empenho das Notas Fiscais
Nome: Sheila Regina Gomes Lourenço
E-mail: sheila@joanopolis.sp.gov.br
Telefone: (11) 4888 - 9200